

“Um operoso e erudito estudioso da história de nossa pátria”:
Raphael Galanti e o ensino de História do Brasil (1896-1917)

“An industrious and learned scholar of the history of our country”:
Raphael Galanti and the teaching of Brazilian History (1896-1917)

*Magno Francisco de Jesus Santos**

DOI: <https://doi.org/10.31057/2314.3908.v7.n2.27670>

Resumo: Este artigo tem como escopo as questões atinentes ao ensino e à escrita da história escolar na concepção do jesuíta italiano Raphael Galanti (1840-1917). Com a emergência do governo republicano no Brasil, o ensino de história passou por importantes transformações, como a inclusão de novos heróis, a recuperação de um passado com conotação democrática e o fortalecimento da defesa dos valores morais e patrióticos, já elucidada nas obras publicadas ao longo da segunda metade do século XIX. No caso do padre Raphael Galanti, a sua concepção acerca da história do Brasil pode ser compreendida por meio de seus livros escolares, como também por meio dos discursos publicados na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no descerrar do oitocentos. Neste sentido, o ensino de história proposto por Galanti expressava uma preocupação vigente na historiografia escolar da época no processo de edificação da memória republicana respaldada na mitificação de novos heróis.

Palavras-chave: ensino de história; História pátria; historiografia escolar; intelectual jesuíta; Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Raphael Maria Galanti.

Abstract: This article has as its scope the questions concerning the teaching and writing of school history in the conception of the Italian Jesuit Raphael Galanti (1840-1917).

* Departamento de História, do Programa de Pós-Graduação em História e do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História (PROFHistória) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: magnosantos@cchla.ufrn.br <https://orcid.org/0000-0002-2218-7772>

With the emergence of the republican government in Brazil, the teaching of history underwent important transformations, such as the inclusion of new heroes, the recovery of a past with democratic connotation and the strengthening of the defense of moral and patriotic values, already elucidated in the works published throughout the second half of the nineteenth century. In the case of Father Raphael Galanti, his conception of the history of Brazil can be understood through his textbooks, as well as through the speeches published in the Journal of the Brazilian Historical and Geographic Institute in the course of the eight hundred. In this sense, the teaching of history proposed by Galanti expressed a current concern in the school historiography of the time in the process of building republican memory backed by the mythification of new heroes.

Keywords: history teaching; Homeland History; school historiography; Jesuit intellectual; Brazilian Historical and Geographic Institute; Raphael Maria Galanti.

Recibido: 13 de diciembre de 2019.

Evaluado: 23 de diciembre de 2019.

Magno Francisco de Jesus Santos

Professor Adjunto do Departamento de História, do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) e do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História (PROFHIS) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (Conceito CAPES 7). Mestre em Educação pelo Núcleo de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe (Conceito CAPES 4). Especialista em Ciências da Religião e possui graduação em História Bacharelado (2006) e em História Licenciatura (2005) pela Universidade Federal de Sergipe (2005). Tem experiência na área de História, com a realização de pesquisas sobre as diferentes interfaces culturais, sociais e políticas do período histórico entre o Segundo Reinado e a Primeira República no Brasil. As publicações em periódicos especializados no campo da História têm como foco este período, por meio da elucidação das seguintes temáticas: Ensino de História, Patrimônio Cultural, Religiosidades, Intelectuais e História da Educação.

Sobre um triste acontecimento: palavras introdutórias

27 de agosto de 1917. Na sede social do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), foi aberta a quinta sessão ordinária do sodalício, com a presença de alguns dos principais pensadores da História do país, como Affonso Celso, barão Homem de Mello, Ramiz Galvão, Laudelino Freire e Liberato Bittencourt (IHGB, 1917, p. 761). Após a leitura da ata da reunião anterior, por Laudelino Freire, então secretário da instituição, o presidente do IHGB, Affonso Celso tomou a palavra e:

Participa ao Instituto o falecimento do consocio padre Rafael Maria Gallanti, ocorrido a 2 do corrente mez, tendo sido o padre Gallanti eleito em 22 de Novembro de 1896. Sobre o triste acontecimento diz o Presidente ter recebido do consocio senador João de Lyra Tavares o seguinte telegrama, e que na acta da presente ficará registrado um voto de profundo pezar por essa tão lamentável perda:

“Manifesto a v. ex. como mais elevado representante do nosso Instituto, o meu sincero pezar pelo falecimento do operoso e erudito confrade padre Rafael Maria Gallanti, que tão dedicado e útil foi ao estudo de nossa História pátria”.

O Sr DESEMBARGADOR SOUSA PITANGA propõe, e é unanimemente aprovado, que o presidente do Instituto officie ao reitor do Collegio Anchieta, padre Justino M. Lombardi, testemunhando o grande pezar que a associação experimentou com essa perda e pedindo-lhe uma fotografia do ilustre extinto para figurar na galeria do Instituto (RIHGB, 1917, p. 762)

O anúncio do falecimento na Casa da Memória nacional tornou-se uma oportunidade inicial para exortar as virtudes do intelectual, que de acordo com as palavras do senador do estado do Rio Grande do Norte, João de Lyra Tavares,¹ era tido como “operoso e erudito”, além de ser “tão dedicado e útil ao estudo da nossa História pátria”. A qualificação atribuída ao falecido expressa o reconhecimento dos feitos de um intelectual que teria contribuído com o estudo da história nacional. Os prodígios do docente historiador foram registrados por intelectuais que na época se destacavam pela produção de livros escolares de história, como João Tavares de Lyra e Laudelino Freire.² Eram autores de livros escolares e sócios do IHGB. Dessa feita, os feitos do morto foram dignos de elogios na principal instituição de produção dos saberes historiográficos do país e levou a recomendação de que sua fotografia passasse a figurar na galeria, entre os grandes nomes de homens que inventaram o Brasil a partir de suas narrativas. A fotografia

¹ João de Lyra Tavares (1871-1930) foi um intelectual nascido na cidade de Goiana, Pernambuco. Sua formação ocorreu no Atheneu Norte-Rio-Grandense, de Natal, onde concluiu o curso secundário. No Rio Grande do Norte tornou-se um entusiasta das ideias abolicionistas e do movimento republicano. No âmbito da carreira política, foi deputado federal pelo estado da Paraíba (1907) e senador em três magistraturas, representando o Rio Grande do Norte (1915-1930). Na Paraíba ele lecionou Corografia e História na Escola Normal da Paraíba e Contabilidade no Liceu Paraibano. Publicou importantes textos de história, que tiveram como foco tanto a questão dos limites (Apontamentos para a História Territorial da Paraíba), em 1911, assim como textos escolares (Pontos de História Pátria), em 1912. Foi sócio fundador do Instituto Histórico da Paraíba e sócio correspondente dos institutos da Bahia, Ceará, Minas Gerais, Rio Grande do Norte e São Paulo.

² Laudelino de Oliveira Freire nasceu na cidade de Lagarto, Sergipe, em 1873. Publicou dois livros escolares de História: História do Brasil (1903) e História de Sergipe (1900). Também atuou como docente no Colégio Militar do Rio de Janeiro e foi sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). No âmbito da produção intelectual, destacou-se na escrita de dicionários, livros de história e biografias (Guaná, 1925, pp. 193-194).

enviada para o sodalício expressava um intelectual com as vestes sacerdotais, olhar fixo no horizonte e feição sisuda, como pode ser observado a Figura 1:



Figura 1. Raphael Galanti. (Fonte: IHGB).

Mas, afinal, quem era o padre Raphael Maria Galanti e qual teria sido a sua contribuição para a historiografia pátria? Responder a essa questão implica em promover deslocamentos e ampliações acerca da construção do conhecimento histórico no Brasil ao longo dos primeiros decênios republicanos. Exige a compreensão do ofício do historiador em perspectiva ampla, que perpassava pela investigação nos arquivos, sistematização dos acervos, produção de narrativas escritas, presença nos debates historiográficos e, não menos importante, na construção de propostas de ensino da história nos espaços escolares.

Com a proclamação da república,³ a divulgação dos saberes históricos pátrios havia se tornado um problema nacional, no qual a história deveria ser o cimento capaz de edificar a memória de novos mitos e heróis, de sedimentar a presença dos valores republicanos no âmbito do lar, enfim, de tornar a história da nação presente na memória nacional (Santos, 2013a). Era o momento de reescrita da história e de tentativas de firmar outras leituras do passado.

No mesmo momento que havia uma demanda pela reinvenção da história nacional, com a emergente necessidade de erguer monumentos para os novos heróis e a elucidação de novos episódios sobre o passado brasileiro, ecoavam diferentes propostas de escrita sobre a experiência do passado pátrio. A invenção de um Brasil republicano mobilizou intelectuais, além de instituições culturais, científicas e educacionais. Os fazeres historiográficos reverberavam na construção de narrativas que buscavam atender às demandas de uma produção acadêmica e também do chão da escola. Nos bancos escolares, a disciplina história se tornou um palco privilegiado, no qual o passado da nação passava a ser visto a partir dos episódios de inspiração republicana e também onde deveriam desfilar os novos heróis da pátria.⁴

Essa demanda por heróis brasileiros na história ensinada, de inspiração republicana, foi prática recorrente ao longo das primeiras décadas após 1889. Um sinal expressivo dessa proposta foi a publicação de livros escolares que tinham como pressuposto narrar a história do Brasil em perspectiva biográfica. A biografia passava a ser vista como um retrato fiel da pátria. Em 1890, um ano após o golpe, Sílvio Romero publicou o exitoso livro “A História do Brasil ensinada pela biographia de seus heroes”. Cinco anos depois, em São Paulo, Tancredo do Amaral publicou “A História de São Paulo pela biographia de seus vultos mais notáveis”, livro reconhecidamente inspirado na escrita de Romero. Em 1911, o padre Raphael Maria Galanti publicou “Biografias de brasileiros ilustres”. Nos idos de 1913, foi publicada a segunda edição do livro de Galanti (fato elucidativo que expressa o sucesso da obra) e o primeiro volume do monumental “Brasileiros Illustres” do também sócio do IHGB, Liberato Bittencourt.

Nos primeiros decênios republicanos, história e biografia se inter cruzavam, conectavam passados e instruíam os jovens para a atuação no futuro. O passado era o cimento onde deveria ser erguido o futuro. Um passado monumentalizado na escrita e no concreto, respectivamente por meio de bustos e conferências. Monumentos que deveriam inspirar a construção do amanhã. Essa prerrogativa foi defendida pelo cônego Valois de Castro, lente de História da Faculdade de Direito e do Ginásio de São Paulo, ao prefaciar o livro Tancredo do Amaral:

A historia de uma nação é, sem duvida, a historia dos seus homens proeminentes, cuja vida, dedicada às grandes causas, é uma gloria immortal à sua pátria, e um eloquente ensinamento às gerações futuras, quando transmittida em toda a verdade histórica, sem os prejuizos das paixões partidárias (Castro, 1895, pp. 7-8).

³ A queda da monarquia e a implantação do regime republicano no Brasil ocorreu no dia 15 de novembro de 1889.

⁴ Um indício dessa demanda por heróis no espaço escolar foi a prática vigente nos primeiros decênios republicanos de nomear instituições escolares e salas de aula com o uso dos nomes dos chamados “grandes homens” (Santos, 2013a).

O redescobrimento do Brasil,⁵ no emergir da República, passava pelo estudo das biografias, da exposição sobre a vida de homens que deveriam ser vistos como exemplos para a formação moral e cívica dos jovens. Na educação cívica, a biografia de homens notáveis era o espelho que mostrava homens de ontem e deveria reluzir os homens do amanhã. Essa proposta foi corroborada em programas de ensino e manuais de formação de formação de professoras. Balthazar Góes, intelectual republicano que atuou na elaboração de programas de ensino no emergir do século XX, em suas apostilas pedagógicas, defendeu o uso das biografias no ensino de História, no qual os “professores procurarão formar em suas aulas pantheons ou galerias de retractos dos homens célebres nas letras, artes, indústrias, armas, na pedagogia, de preferencia os grandes homens de nossa pátria” (Góes, 1905, p. 15). Desse modo, é possível afirmar que as propostas do intelectual jesuíta italiano estavam em consonância com as ideias vigentes em seu tempo. Como assevera Kênia Hilda Moreira, “Para os republicanos, República e educação escolar associavam-se à civilização e ao progresso” (Moreira, 2011, p. 36).

Raphael Maria Galanti foi um intelectual que transitou entre os diferentes espaços de produção dos saberes históricos no alvorecer da República brasileira: foi professor de duas das principais instituições escolares confessionais brasileiras da época: o Colégio São Luiz, em Itu e o Colégio Anchieta, em Friburgo. Duas instituições geridas pelos jesuítas (Mendonça, 2010) e que ficaram reconhecidas pela formação de importantes nomes da elite intelectual e política nacional. Entre o final do oitocentos e 1913, ele publicou inúmeros livros escolares de história universal e, principalmente, história do Brasil, campo de pesquisa preferido do pensador da história. Além disso, também foi sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde pronunciou um discurso e publicou um artigo, versando sobre a data do descobrimento do Brasil. Como jesuíta italiano, palmilhou o extenso solo brasileiro, tanto nas prósperas províncias de São Paulo e Rio de Janeiro, como nas missões em comunidades indígenas da região amazônica.

Contudo, no âmbito intelectual, Galanti ficou conhecido por sua produção de uma historiografia escolar. Em alguns estudos sobre a escrita da história brasileira, Raphael Galanti aparece como uma das principais referências na escrita da história escolar. Wilgus, por exemplo, o incluiu, ao lado de Rocha Pombo, como o principal autor de livros escolares de História no Brasil, a partir dos cinco volumes de sua História do Brasil, publicados entre 1910 e 1913 (Wilgus, 2012, p. 57). O mesmo autor destaca a publicação, em 1896, dos dois volumes do Compêndio de História do Brasil, obras que foram analisadas para o ingresso como sócio do sodalício (Wilgus, 2012, p. 57).

A produção historiográfica escolar de Galanti também foi ressaltada por Maria Lígia Conti, ao analisar o tratamento dado a questão do negro nos livros escolares produzidos no período do pós-abolição. Em âmbito comparativo com as demais obras do período, Conti enfatiza o caráter inovador da obra, no tocante ao uso de documentos históricos. Na assertiva de Conti, o “autor esclarece, de forma bastante convincente, questões sobre as quais outros autores passam à margem ou dão informações que ele

⁵ José Carlos Reis, no livro “As identidades do Brasil”, classifica as primeiras gerações de historiadores brasileiros como “os descobridores do Brasil” e “os redescobridores”. O primeiro grupo caracterizava-se por uma perspectiva de escrita que buscava elogiar a colonização portuguesa e enxergava o Brasil, de algum modo, como uma continuidade ou fruto da ação colonizadora lusitana. O segundo grupo estaria associado a uma perspectiva de ruptura dessa leitura (Reis, 2000). Neste artigo remeto ao termo, mas diferentemente de Reis, penso o redescobrimento a partir da demanda por uma nova escrita da história brasileira, pensada a partir dos valores e heróis republicanos.

corrige, indicando fontes documentais” (Conti, 2011, p. 90). Ainda de acordo com a autora,

Italiano, branco. Padre Jesuíta, foi professor e autor de diversas obras reconhecidamente relevantes.

Galanti apresenta uma obra extensiva e sua habilidade na escrita é impressionante. O autor, ao longo de suas narrativas conduz o leitor a sentir com ele suas emoções.

Seu discurso é bastante religioso em muitos momentos. Defende-se com excelente argumentação de autores que o precederam, como Varnhagen, por exemplo, fazendo bom uso da vantagem de ser “posterior” àqueles que foram “agressores” dos jesuítas. Bastante didático – talvez o mais didático de todos os autores aqui consultados, explica, ilustra, exemplifica cada questão que possa parecer difícil ao seu leitor. Contudo, a obra está impregnada com sua religiosidade e as características circunstanciais que o cercam – trata-se de um jesuíta, educador, europeu, idoso, lecionando em salas de aula em escolas clássicas (Conti, 2011, p. 90).

Já Antônia Terra de Calazans Fernandes, ao analisar a escrita de livros escolares por José Estácio de Sá e Benevides, insere Galanti entre os docentes do início do século XX que usaram de sua experiência para a produção de livros escolares. De acordo com a autora,

O que sabemos é que ele não foi o único. Foi também o caso de Joaquim Manuel de Macedo, Luís de Queirós Mattoso Maia, Antônio Álvares Pereira Coruja e Rafael Maria Galanti, professores de história que transformaram as suas experiências didáticas na escrita de manuais escolares (Fernandes, 2017, p. 9).

Neste sentido, a compreensão do jesuíta italiano no processo de construção do conhecimento histórico não deve se restringir aos escritos nos livros escolares, mas deve perpassar também pela atuação no âmbito do IHGB, a “Casa da Memória Nacional”, espaço privilegiado nos embates atinentes ao campo da pesquisa histórica no país. Nos primeiros anos do século XX, o padre italiano tornou-se um verbete no famigerado “Diccionario Bibliográfico Brasileiro” de Sacramento Blake, ou seja, estava inserido entre os homens de letras brasileiros. Nas palavras de Blake,

Raphael Maria Galanti – Presbytero secular, nascido na Italia no anno de 1810, e brasileiro adoptivo, é professor do collegio de S. Luiz de Itú, em S. Paulo, tendo sido anteriormente professor de latim do collegio “S. Salvador” em Santa Catharina, até a extincção deste collegio. É membro do Instituto Historico e Geographico Brasileiro e escreveu: Compendio de grammatica ingleza. S. Paulo ...• in.8°.

Compendio de historia do Brazil, redigido, etc. S. Paulo, 1896, VI-468 pags. in.8° - Creio que houve uma edição anterior com o titulo de – Lições de historia do Brasil.

Compendio de historia universal, redigido, etc., edição fundida totalmente de novo pelo autor: obra adoptada pelo conselho superior da instrucção publica do Maranhão. S. Paulo, 1894, 490 pags. in. 8° (Blake, 1902, p. 99).

Nas palavras do autor do dicionário bibliográfico, o padre era reconhecido por sua atividade docente e pela atuação como sócio do IHGB. Trata-se de uma pista que

buscarei seguir. Com isso, neste artigo, tentarei entendê-lo como um pensador da história a partir de duas dimensões: a sua escrita historiográfica escolar e na Revista do IHGB e a leitura dos pares de seu tempo, por meio do necrológio produzido por Ramiz Galvão⁶ e dos pareceres para admissão como sócio do sodalício.

“Italiano de origem, brasileiro de coração”: Galanti apreciado pelo IHGB

Em 1917, a Revista do IHGB registrou o óbito do jesuíta Raphael Galanti em diferentes ocasiões. No relatório final das atividades anuais, o nome do religioso apareceu entre os sócios que “Perdeu o Instituto, no anno social findo” (RIHGB, 1917, p. 837). No mesmo número, o orador do sodalício e diretor da Biblioteca Nacional, Ramiz Galvão, publicou o necrológio, texto no qual foram apresentadas as principais informações biográficas do jesuíta. De acordo com biógrafo,

O padre Rafael Galanti nasceu em Ascoli a 15 de novembro de 1840. Italiano de origem, foi todavia, um Brasileiro de coração. Na idade de 20 anos vestiu a roupeta da Companhia de Jesus – esta brava cohorte de semeadores do Bem, que deixou na nossa História traços imorredouros de sua passagem com os nomes respeitabilíssimos de Nóbrega, Anchieta, Pinto, Filgueiras, Antônio Vieira e tantos outros heroes que a gratidão dos Brasileiros não exquece (Galvão, 1917, p. 847).

Nas palavras de Ramiz Galvão, as duas experiências de atuação dos padres da Companhia de Jesus no Brasil foram apresentadas como se fossem amalgamadas, como um processo contínuo e linear, ou seja, a atuação de Raphael Galanti, religioso formado na ordem após a restauração inaciana de 1814, foi apresentada como uma continuação da experiência de padres catequisadores do período anterior a 1759.⁷ A trajetória do sacerdote foi interpretada como uma herança dos pioneiros da colonização, ou seja, uma experiência de continuidade das práticas civilizadoras no Brasil.

Contudo, a viagem de Raphael Galanti para o Brasil nos últimos decênios do período imperial não pode ser vista como um elemento de continuidade. Muito pelo contrário, a chegada do religioso em terras brasileiras ocorreu em um momento de grandes dificuldades enfrentadas pelo clero nacional, como a proibição imperial do ingresso de novos religiosos nos conventos existentes no país, em 1850, e as famigeradas tensões entre o Estado e a Igreja católica com a questão religiosa na década de 1870. Ao falar sobre as primeiras ações do jesuíta italiano no país, Ramiz Galvão sinaliza para alguns indícios acerca da aproximação entre Galanti e os bispos envolvidos na questão religiosa:⁸

⁶ De acordo com Ana Paula Caldeira, Ramiz Galvão escreveu o necrológio de Raphael Maria Galanti em 1917 (Caldeira, 2017).

⁷ Os integrantes da Companhia de Jesus foram expulsos das colônias portuguesas nos idos de 1759, em decorrência das ações da política empreendida pelo Marquês de Pombal. A expulsão da ordem no Brasil resultou na laicização das antigas missões, transformadas em “vilas de índios”

⁸ A questão religiosa foi um conflito desencadeado na década de 70 do século XIX, envolvendo a elite eclesiástica brasileira e a maçonaria. Essa tensão pode ser entendida como uma ação desencadeada pelo processo de reforma devocional católica, reconhecida como ultramontanismo ou romanização e evidenciou as fragilidades e limitações da Igreja Católica no Brasil diante do Estado imperial, em decorrência da vigência do Padroado Régio (Monnerat, 2009).

Chegado ao Brasil pela segunda vez, trabalhou em missões em São Paulo, no Amazonas e no Rio de Janeiro. No Pará teve por encargo o professorado no Seminário de Belém, e allí teve igualmente companheiro do eminente d. Antonio de Macedo Costa, nas visitas pastorais desse grande Brasileiro – uma das glórias do Episcopado nacional (Galvão, 1917, p. 847).

É possível pensar que, mais do que uma normativa, o ingresso do padre jesuíta no país expressa uma exceção, concedida a algumas ordens religiosas estrangeiras, no sentido de auxiliar no processo “civilizador” da população do interior do país, especialmente, os povos indígenas. Desse modo, ao longo do segundo reinado, o Brasil recebeu religiosos como os capuchinhos e jesuítas italianos,⁹ com as missões em comunidades indígenas e criação de instituições educacionais e, os lazaristas portugueses, presentes no Brasil desde 1814,¹⁰ com a criação de escolas e seminários. Assim, a presença de Raphael Galanti no Brasil expressa a reorientação de um projeto de nação do Segundo Império, com a ampliação do domínio do Estado no interior do país, por meio da catequese indígena e a formação de uma nova elite intelectual, em escolas confessionais e com a presença de professores reconhecidos pelo rigor metodológico.¹¹ Ramiz Galvão enfatizou em seu necrológio a formação intelectual de Galanti:

Depois de iniciar os trabalhos em Sancta Catharina, para onde o mandaram seus superiores, volveu a Roma para completar altos estudos theologicos; passou em seguida por Inglaterra e Bélgica, e, como deus lhe assignalara esta nossa Terra de Sancta Cruz para campo definitivo de seus triumphos, a estas plagas tornou em fins de 1874 (Galvão, 1917, p. 847).

Uma presença interpretada como um desígnio divino, uma profissão narrada como missão. A catequese e o ensino de História foram apresentadas como práticas contíguas, como dois elementos que se complementam, duas faces de uma mesma moeda. Na Terra de Santa Cruz, o triunfo do pensador da História teria ocorrido por meio da docência, do fomento ao patriotismo por meio de suas narrativas sobre os grandes feitos da nação e também pelas prédicas dos incautos tempos bíblicos. No púlpito, na sala de aula ou na tribuna do IHGB, Raphael Galanti teria se tornado um defensor das glórias do passado nacional. A experiência docente foi registrada como:

Do rude e meritorio trabalho das missões passou-se o erudito padre Galanti para a não menos meritoria função do magistério, em que consumiu o resto de sua vida: foi mestre no Collegio de S. Luiz em Itu, e acabou mestre no Collegio Anchieta, em Friburgo. Começara o apostolado doutrinando o rude selvagem; veio a concluí-lo doutrinando a intelligente e esperançosa mocidade brasileira, preprando-a para a conquista do futuro e para o serviço da Patria, que elle também adoptara por sua, que elle amava como sua e a sombra de cuja bandeira tinha de exhalar o último suspiro (Galvão, 1917, p. 847).

⁹ Após a expulsão dos jesuítas do Brasil, no âmbito da política pombalina, o retorno de religiosos inicianos no país só ocorreu a partir de 1842, com a realização de missões jesuíticas por padres italianos. O padre Raphael Galanti pode ser inserido nesse grupo de pioneiros, que a partir de 1867 também passaram a atuar no campo do ensino, com a criação do Colégio São Luiz, em Itu, província de São Paulo.

¹⁰ Os lazaristas ou irmãos vicentinos (Congregação da Missão), fundaram escolas e seminários no Brasil oitocentista, como o Colégio do Caraça (em Minas Gerais) e os seminários de Salvador, Fortaleza e Diamantina.

¹¹ Importantes nome da intelectualidade nacional foi oriunda de instituições confessionais do período oitocentista, como Plínio de Oliveira (Colégio São Luiz), Capistrano de Abreu e o Padre Cícero (Seminário da Prinha de Fortaleza).

A catequese e o ensino foram pensadas como práticas similares. Todavia, a similaridade não encobria a distinção de públicos: o indígena, apresentado como rude e selvagem. Os discentes das escolas confessionais, como mocidade inteligente e esperançosa. Se o passado deveria ser compartilhado por todos, o futuro parecia ser restrito para um seletivo grupo. Apreciava-se o ato do missionário, mas secundarizava-se o público das missões. Na escrita da história escolar, Galanti elucidava os princípios que coadunavam com a emergência de uma nova cultura política¹² republicana, com teor católico, no qual enfatizava-se a leitura elogiosa sobre o passado colonial jesuítico, tido como projeto para o futuro da nação. Desse modo, a experiência religiosa nas missões teria sido um componente central na elaboração de suas narrativas históricas em livros escolares, pois:

As viagens que fizera pelo nosso vastíssimo território, a longa permanência que lhe foi dado ter no nosso meio social, accenderam-lhe o amor pelo Brasil. Deste sentimento nasceram os excellentes livros que compoz, desde a *Breve História do Brasil* destinada à primeira infância dos cursos preliminares, até o *Compêndio de História do Brasil*, em quatro volumes alentados, que foram a sua obra capital (Galvão, 1917, p. 847).

O nascedouro da historiografia escolar de Raphael Maria Galanti estaria em sua experiência pelos diferentes espaços da nação. O jesuíta nascido na Itália teria se tornado brasileiro ao adentrar o interior do país, viver entre os povos indígenas, percorrer o longo território. A feitura da brasilidade era devedora da vivência nos espaços. A historiografia escolar produzida sob a pena de Raphael Galanti atendia a uma pluralidade de público estudantil, indo desde as crianças do ensino elementar até os alunos do ensino secundário. Todavia, o maior destaque entre os escritos históricos de Galanti eram destinados ao *Compêndio de História do Brasil*, publicado em quatro volumes, nos idos de 1896. Trata-se do livro mais citado por outros pensadores da história e, muitas vezes, o texto foi reproduzido nos demais livros escolares publicados pelo próprio autor, ao longo dos dois primeiros decênios do século XX.¹³ Além disso, o *Compêndio* foi a obra apresentada para a avaliação da proposta para se tornar sócio correspondente. De acordo com da 14ª Sessão Ordinária de 13 de setembro de 1896,

Foi lida a seguinte proposta, apresentando para socio correspondente o Ver. Padre R. M. Galanti.

Propomos para socio correspondente do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro o Ver. Padre R. M. Galanti, S. J., natural da Itália, com 56 annos de idade, professor no collegio de S. Luiz em Ytu (São Paulo), servindo de titulo para sua admissão, os trabalhos de sua lavra intitulados *História do Brazil*, bem como o seu *Compêndio de História Universal*.

¹² Neste artigo operacionalizo o conceito de cultura política a partir de Serge Berstein, ou seja, como “uma leitura comum e normativa do passado histórico com conotação positiva ou negativa (...) e supre ao mesmo tempo uma leitura comum do passado e uma projeção no futuro vivida em conjunto” (Berstein, 1998, p. 351). Além disso, a partir de René Rémond, busquei a compreensão da historiografia escolar a partir da concepção de cultura política para elucidar uma leitura na qual se torne possível entender questões que extrapolem o universo da escrita da história e dos embates educacionais (Rémond, 2003, p. 13). Neste sentido, a cultura política republicana foi pensada no âmbito educacional, como o exercício de construção de uma leitura orientada sobre o passado nacional, por meio da redefinição de heróis, episódios e marcos históricos do país (Santos, 2017a; Santos, 2017b).

¹³ Os quatro volumes de *História do Brasil*, publicados a partir de 1910, replicam os textos do compêndio de 1895.

Sala das sessões, 13 de setembro de 1896 – Henri Raffard – T. Alencar Araripe – Dr. E. Nunes Pires – M. de Paranaguá – F. B. Marques Pinheiro.

Foi remetida à comissão de história, sendo relator o Sr. Dr. Cesar Marques (RIHGB, 1896, p. 276).

O pedido para se tornar sócio do IHGB foi acompanhado por dois livros escolares de História: um de história universal e o outro de História do Brasil. A apreciação das obras pela comissão deveria averiguar as contribuições historiográficas do autor e as suas credenciais para se tornar sócio da principal instituição de historiadores do país. Neste sentido, o parecer pode ser visto tanto como um indício acerca da recepção das obras, mas também das políticas institucionais atinentes ao campo do ensino de História no Brasil dos primeiros anos republicanos. Com isso, o parecer apresentado na 16ª Sessão Ordinária do IHGB, no dia 11 de outubro de 1896 expressa mais do que a apreciação da candidatura de um sócio em potencial, mas também sobre o lugar dos fazeres historiográficos na sociedade brasileira. De acordo com o parecer,

Foi lido o seguinte parecer da comissão de história sobre os trabalhos do Padre Galanti.

“À comissão de história forão presentes o compendio de História Universal e o Compendio de História do Brazil redigidos pelo Padre Raphael M. Galanti, professor do Collegio de S. Luiz de Itú (S. Paulo).

Além do seu Compendio de História Universal, que bastaria para dar prova do mérito e aptidões de seu autor, a Comissão leu reflectidamente o Compendio de História do Brazil.

Escrepito com todo o critério, revelando profundos conhecimentos da história pátria, a comissão folga de reconhecer no Rev. Padre Galanti, um continuador das glorias litterarias e scientificas do Instituto à que pertence e ao qual o Brazil deve os maiores serviços, quer na propagação das lettras, quer na civilização dos indigenas.

A comissão fazendo votos, para que o Rev. Padre Galanti, não desanime e nem estacione na carreira encetada e não entrando na indagação de sua discordancia com as opiniões do nosso sempre saudoso consorcio Varnhagen, é de parecer que seja approvada a proposta para que em breve venha o referido Padre Galanti ajudar-nos nas nossas tarefas e contribuir para o engradecimento da história pátria.

Sala das sessões em 11 de outubro de 1896. O relator Dr. César Augusto Marques e Dr. João Severiano da Fonseca.

Posto em discussão e approved, foi à comissão de admissoão de socios, sendo relator o Sr. Barão de Alencar (IHGB, 1896, p. 300-301).

Os integrantes da comissão de História, ao contrário da praxe institucional vigente na época, foram econômicos na apreciação dos dois manuais escolares de História e optaram por dar maior ênfase para o compêndio de História do Brasil. Na avaliação da referida obra, foram enaltecidos aspectos como a criteriosidade e os profundos conhecimentos de Galanti acerca da história pátria. O parecer também registra, sem julgar a pertinência, a existência de uma discordância de Raphael Galanti em relação à monumental História Geral do Brasil de Varnhagen. Esse ponto voltou a

ser discutido na comissão de admissão de sócios, na 18ª Sessão Ordinária, no dia 8 de novembro de 1896.

Foi apresentado e lido o seguinte parecer da comissão de admissão de socios, opinando pela aprovação da proposta do Padre Raphael M. Galanti para socio correspondente:

“A comissão de admissão de socios teve presente o juízo favorável da competente comissão de história sobre as obras, intituladas – História do Brasil e Compêndio de História Universal, do ilustrado Padre Raphael M. Galanti, e julgando que a discordância de um escriptor com as opiniões individuais de qualquer membro desta Associação não torna incompatível para pertencer a ella, é de parecer que seja aprovada a proposta em que seus conspicuos signatarios apresentam o autor das ditas obras, o Rev. Padre Galanti, para socio correspondente do Instituto Histórico”.

Sala das Sessões, 6 de novembro de 1896. Barão de Alencar, Manuel Francisco Correia, Affonso Celso.

Ficou sobre a mesa para ser votado na sessão seguinte (IHGB, 1896, p. 321).

A comissão de admissão de sócios apenas referendou a avaliação dos livros do Padre Galanti, com a inserção do registro de que discordâncias de opiniões de sócios não poderia ser impedimento para a admissão. Com isso, mesmo discordando de Varnhagen, Raphael Galanti estava apto para se tornar sócio do IHGB.¹⁴ O principal ponto de discordância de Galanti em relação ao Visconde de Porto Seguro era atinente à postura crítica que, apesar de ser católico, “não o impedia de censurar implacavelmente os jesuítas” (César, 2018, p. 25).

A aprovação sem ressalvas não era prática recorrente da comissão de admissão. Um exemplo disso ocorreu na reunião anterior, ocasião na qual os integrantes da comissão de admissão de sócios não seguiu as orientações da comissão de história, por considerar que o “Album da Guerra do Paraguay” do Sr. Soto não cumpria com a “imparcialidade do escriptor”, tida como “a condição essencial dos trabalhos históricos”. De acordo com o parecer, esse ponto precisava “aferir com a idoneidade” exigida pelas diretrizes do IHGB (Alencar; Celso, Correia, 1896, p. 315).

O parecer desfavorável expressa algumas das qualificações esperadas para a escrita da história. A imparcialidade foi apresentada como um requisito basilar para o ofício do historiador e questão central para o ingresso no seletivo grupo de sócios do IHGB. Tais indícios sobre a concepção de história defendida por alguns intelectuais vinculados ao IHGB nos primeiros anos republicanos também possibilitam a compreensão sobre os lugares e as funções da história na escrita do padre jesuíta.

“O fructo de nossas aturadas investigações”

A apreciação da historiografia escolar como requisito para o ingresso no IHGB não era uma novidade. Um exemplo disso é o fato de dois dos principais autores de

¹⁴ No dia 22 de novembro de 1896, as atas do IHGB registraram: “Tendo de ser votado nesta sessão, o parecer da comissão de admissão de sócios, referente ao Sr. Padre Raphael Galanti, o Sr. Presidente mandou correr o escrutínio, e sendo unanimemente aprovado, foi o mesmo senhor proclamado sócio correspondente do Instituto” (IHGB, 1896, p. 329)

livros escolares do século XIX terem sido avaliados para a admissão como sócio do sodalício por meio de sua produção historiográfica escolar. Foram os casos de Agostinho Marques Perdigão Malheiro Filho e de Americo Braziliense, que tiveram os pareceres acerca de suas obras elaborados, respectivamente, em 1850 e 1876 (Reis, 2013). Além disso, uma das principais polêmicas da instituição ao longo do século XIX também teve como epicentro a apreciação de um livro escolar, com o compêndio de História do Brasil, de José Inácio de Abreu e Lima (Santos, 2013b).

Desse modo, a contribuição historiográfica de Raphael Galanti por meio da produção de livros escolares referenda a posição do sodalício como uma instituição que validava a produção historiográfica em diferentes espaços, indo das grandes interpretações acadêmicas à difusão dos saberes sobre o passado nacional em âmbito escolar. O necrológio escrito por Ramiz Galvão elucidou algumas questões relevantes para a compreensão sobre as qualificações de uma pretensa historigrafia didática:

Não satisfeito com este tributo de amor, legou-nos ainda a História da República e Biographias de Brasileiros illustres. Em todos estes livros, que o auctor **dedicou à instrução da nossa juventude, brilha a par da crítica muito sã um meticoloso cuidado na consulta das melhores fontes**: elles constituem precioso legado, que força a gratidão dos Brasileiros e a dos seus confrades deste Instituto, no qual foi recebido a 22 de novembro de 1896.

O benmérito padre Galanti a 2 de agosto proximo passado e já septuagésimo, despediu-se da vida, de seus caros companheiros e de seus amados discipulos, que se contam por milhares talvez. Na lembrança e no coração de todos elles perdurará o seu nome, cercado do mesmo affecto e da mesma veneração que tributamos aos **melhores mestres e aos mais devotados amigos e servidores do Brasil** (Galvão, 1917, p. 848).

Na vida que emerge a partir da escrita sobre o morto, também é possível vislumbrar alguns elementos que eram considerados virtudes para um livro escolar de História: a crítica tida como sã e o meticoloso uso das fontes. Tais elementos, elucidados no elogio fúnebre, corroboram com as ponderações nos dois pareceres de ingresso no sodalício. Na construção mnemônica do pensador da história, início e fim foram coadunados para expressar a postura crítica do autor de livros escolares destinados à juventude.

Esse teor crítico do autor de livros escolares estava presente no Compêndio de História do Brasil, manual usado para a solicitação de ingresso como sócio no IHGB. No prefácio, Galanti defendeu a necessidade do historiador adotar uma postura crítica ao afirmar: “Nós, pelo contrário, somos sincera e profundamente convicto da nossa insufficiência; e, do outro lado, não ignoramos que a crítica conscienciosa e apurada para elucidar os factos, é sempre útil”. Neste sentido, a produção historiográfica escolar do padre jesuíta também pode ser entendida como uma pista acerca da sua concepção de história e também da função desta na constituição de uma sociedade.

O compêndio de Galanti dialoga com a produção dos historiadores do IHGB, mas não realiza uma apropriação passiva. Pelo contrário, expressa um frutífero diálogo crítico, mensurando as fontes e relativizando as interpretações historiográficas. Além disso, o jesuíta pensador da história também atuou como um defensor do ensino de história pátria, em um momento no qual o ensino da história universal ainda predominava no currículo escolar (Bittencourt, 2008). Em um discurso pouco conhecido, que sequer aparece no índice da Revista do IHGB, Raphael Galanti

expressou o seu compromisso na difusão da história pátria: “Eu, portanto, agradecendo do fundo d’alma esta bondade, declaro que apesar de reconhecer minha incapacidade, hei de fazer maiores esforços para corresponder aos desejos do Instituto, revelando ao mundo as glórias do nosso querido paiz” (Galanti, 1897, p. 319). Além disso, reafirmou a sua familiaridade com o espaço nacional, ao dizer que vinha “do sertão de São Paulo, onde passei a maior parte de minha vida ensinando a crianças” (Galanti, 1897, p. 315). Neste sentido, a sua contribuição para a construção da nação brasileira perpassava pelo crivo da escrita da história. Em suas palavras:

Por isto é, Senhores, que eu, admirando vossos trabalhos, publicados na Revista trimensal, eo fim que o Insittuto se propõe, resolvi entregar-me de um modo especial ao estudo da História do Brazil, ao qual consagrei desde moço toda a minha vida. Poucos são os meios de que disponho, fraca a minha intelligencia; porém farei o que me for possível, e creio que assim poderei desvanecer-me de ter contribuído com o meu tanto para a glória da Terra de Santa Cruz, minha pátria adoptiva (Galanti, 1897, p. 317).

Na ótica do jesuíta historiador, honrar o país se dava por meio da escrita da história e do registro dos grandes feitos. Os historiadores do IHGB tinham como missão fomentar o patriotismo, edificar a glória da terra. A história poderia servir de espelho para revelar a grandiloquência da pátria. Uma pátria tecida por homens que usaram da inteligência, com a produção literária; da fé, com a conversão; da força, na conquista e defesa do espaço nacional unificado. O discurso de posse no IHGB foi proclamado como um canto para enaltecer as glórias do passado brasileiro, no qual os diferentes espaços deveriam ser contemplados como testemunhas, provas incontestes dos logros de outrora. Dessa feita, o jesuíta italiano convocou o olhar:

Lancae, Senhores, um olhar sobre esta immensa bahia de Guanabara. É difficil que nella acheis uma ilha, uma enseada, um rochedo que não revele alguma glória dos brazileiros. Ide ao norte, e pergunte: quem explorou pela primeira vez o Amazonas remontando com trabalho herculeo o curso do grande rio? Foram dois filhos do Brazil: um natural de Pernambuco; outro do Rio de Janeiro. Quem salvou a pátria repellindo a invasão estrangeira no Maranhão, em Pernambuco, na Bahia? Foram os filhos da Terra de Santa Cruz. Quem derramou o sangue pela pátria no Monte das tabocas, nas fortalezas de Nazareth e do Cabedelo, no Arraial do Bom Jesus, no Recife e em mil outros lugares? Foram os filhos deste paiz que à custa de tantos sacrificios quizeram conserval-o unido e independente (Galanti, 1897, p. 317).

Na leitura de Raphael Galanti, os espaços revelam as glórias. A história era uma epopeia, a saga na qual desfilavam os heróis, cantavam as conquistas, os feitos, ou seja, os grandes homens eram monumentalizados. Neste mesmo discurso, Galanti considera a sua aprovação de sócio do IHGB como um reconhecimento da instituição aos feitos da Companhia de Jesus na história do Brasil, por meio dos méritos, desde os tempos coloniais, na produção “de trabalhos scientificos, litterarios e sociais”. O olhar acerca do passado da ordem foi usado como argumento para justificar a ação no presente e o projeto de futuro, no qual,

ella (a Companhia de Jesus) em nossos dias deseja revellar-se em benefício do Brasil não menos do que fez em outros tempos. Deseja a Companhia promover a boa educação da mocidade, porque a mocidade é a esperança da pátria; deseja promover o progresso das letras e das sciencia, porque dellas em grande parte

depende a prosperidade da nação; deseja em particular promover o estudo da História pátria afim de excitar os jovens a imitar as façanhas gloriosas de seus antepassados (Galanti, 1897, p. 316).

A leitura comum de passado, pautada no protagonismo da ordem na construção do país, tornou-se um artifício retórico para legitimar a ação no presente, com ênfase para o exercício da boa educação, ou seja, a instrução regida pelos princípios católicos, gestada por ordens religiosas. Um ensino católico com teor patriótico, como um canto para as chamadas “glórias do Brasil”, na qual ele defendia a tese de que “não há nação na Europa antiga ou moderna, que leve vantagem ao Brasil” (Galanti, 1897, p. 316).

Todavia, o reconhecimento de uma pretensa superioridade na história também expressava uma fragilidade: o pouco espaço destinado ao ensino da história pátria. Na tribuna da Casa da Memória nacional, Raphael Galanti lamentou:

Estas e infinitas outras são as glórias do Brasil. Vós bem o sabeis, Senhores, porém ellas não são assás conhecidas, porque o estudo da história pátria entre nós está pouco generalizado. Cumpre, pois, revelar ao mundo as glórias afim de que o estrangeiro aprenda a estimar e respeitar o nosso paiz, e a nova geração ache nas façanhas heroicas de seus antepassados um estímulo poderoso ao verdadeiro amor da pátria (Galanti, 1897, p. 317).

Na leitura do jesuíta italiano, a história era o cimento do patriotismo, a vitrine na qual eram apresentadas para as novas gerações os vultos de ontem. Contudo, o patriotismo fomento pelo ensino de história na versão de Galanti encontrava-se coadunado com o fortalecimento dos princípios católicos. Na visão do autor, o catolicismo era a base do verdadeiro ensino. No “Compêndio de História Universal”, ao indicar a leitura do livro congênere de Chantrel, Galanti afirmou que “era o melhor livro que conhecemos, para o ensino sério e sinceramente catholico. Nelle o professor acha quase todos os factos expostos claramente quanto basta de sobra para explicar com proveito e prazer dos alumnos” (Galanti, 1907, p. 489). Ainda ao tratar sobre as fontes de informação usadas na elaboração do livro, ele alertou sobre a proliferação de livros escolares que destoavam dos princípios católicos:

Além destes, o auctor cosultou muitos outros livros de menor tamanho que não vale a pena mencionar, dos quaes se valeu francamente e sem escrupulo todas as vezes qye o julgou opportuno; cumpre-lhe, porém, para cautela dos principiantes, declarar que hoje, no meio de tantos livros, livrinhos e livrescos, infelizmente são raros os trabalhos que sirvam para o ensino sério e sinceramente catholico (Galanti, 1907, p. 489).

O registro das fontes de pesquisa para a elaboração do livro cumpriram uma dupla função: primeiro, atendia aos cânones historiográficos, com a elucidação das orbas consultadas para a elaboração do seu manual. Revelar as fontes era uma orientação para o historiadores do final do oitocentos para cumprir o seu ofício.¹⁵ Segundo, de modo oportuno, o jesuíta historiador alertava a juventude para os riscos

¹⁵ Na escrita do Compêndio de História Universal, Raphael Galanti utilizou como fontes principais os manuais de Chantrel (“História Universal”, “História Contemporânea” e “História dos Papas”), Wouters (“Compêndio de História Eclesiástica”), Brunengo (“O império da Babilônia e de Nínive”, “O destino de Roma” e “A origem da soberania temporal do Papa”, Darras (“História da Igreja”) e Rohrbacher (“História da Igreja”). Os livros indicados explicitam a forte influência de uma leitura católica da história pretensamente universal.

promovidos pela proliferação de livros que destoavam dos princípios católicos. Por sua vez, o compêndio de Galanti apresenta a história universal centrada na dimensão católica, aproximando-se do que Circe Bittencourt (2008) entendeu como história sagrada. O livro estruturou-se no modelo quadripartite da história.¹⁶ Os capítulos discutiam a História Antiga (hebreus, egípcios, babilônios, assírios, medos, persas, fenícios e cartagineses), Grécia, Roma, Idade Média (com ênfase para Roma, Grécia, França, Inglaterra, Vaticano e Império Otomano), Idade Moderna, Reforma, Primeiras consequências da reforma protestante (guerras na França e Inglaterra), Últimas consequências da reforma protestante (revolução francesa), Idade Contemporânea (com as revoluções europeias do século XIX, a América e a conquista da Argélia). Trata-se de uma narrativa amplamente eurocêntrica e, principalmente, católica, na qual em cada momento histórico o autor elucidava a história eclesiástica.

Todavia, é justamente no “Compêndio de História Universal” onde Galanti melhor explicita a sua concepção sobre os fazeres historiográficos, por meio da definição, divisão e explicitação do método e objeto da história. No seu entender, a história era associada a concepção de verdade, ou seja, “é a narração authentica e bem ordenada dos acontecimentos memoráveis que pertencem ao gênero humano. Dividi-se a história em universal, geral e particular” (Galanti, 1907, p. 1). A definição apresentada pelo jesuíta historiador coaduna-se com as preconizações expressas nos pareceres do IHGB, na qual a história emergia como narrativa marcada pela autenticidade sobre eventos memoráveis. Neste sentido, a história diferenciava-se de gêneros menores, como a “memória”, quando a história “for muito resumida” (Galanti, 1907, p. 1). Além disso, ele expôs a definição de “*annaes*”:

uma narração simples e concisa de factos dispostos por anno sem ornamento, nem ligação. Differem da história, porque esta omitta quase sempre os mezes e os dias e relata os factos, descrevendo logares, referindo discursos, tratados e cousas semelhantes; differem também das *chronicas*, que, por via de regra, contam os factos de um só povo, ao passo que os *annaes* os narram de muitos.

O texto escolar de Raphael Galanti pode ser visto como um importante registro acerca da definição das diferentes modalidades de escrita historiográfica vigente no Brasil entre o final do século XIX e os primeiros decênios do século XX. História, memória, anais e crônicas, estilos de narrativas amplamente divulgados em periódicos especializados, como a Revista Trimensal do IHGB, apesar de serem experiências de escrita histórica, não eram entendidas como sinônimos. As modalidades de escrita reverberavam uma hierarquia, pretensões literárias, profundidade analítica e diferentes graus de descrição dos episódios. Mas, afinal, qual era o objeto da história? O que deveria ser captado pelo registro atento do historiador? Para Raphael Galanti,

¹⁶ Apesar de estruturar a história universal em Antiga, Média, Moderna e Contemporânea, dentro dos cânones de ensino vigentes no país, em nota explicativa Galanti afirmou: “Scientificamente falando, a história universal divide-se em Antiga e Moderna. Antiga abrange os séculos anteriores ao Christianismo. Moderna, os séculos christãos, pois segundo a bela ideia de S. Agostinho, tudo que precedeu a Encarnação do Verbo, foi preparação e quanto há seguiu e há de seguil-a até o fim do mundo, é consequência da mesma. Damos, todavia, outra divisão, não tanto porque é mais comum, quanto porque é mais apropriada ao ensino.” (Galanti, 1907, p. 1). Desse modo, ele utilizou uma divisão vigente na historiografia profana, mas reafirmou a validade da divisão de uma historiografia sagrada. Ao justificar o uso da divisão da qual discorda, ele reafirmava o seu compromisso com a aprendizagem dos alunos acerca dos conhecimentos históricos.

Objecto da história são os factos realziados pelo homem, e bem assim os que de algum modo lhe dizem respeito (...). Em summa: todos os factos e as circunstancias que directa ou indirectamente teem alguma relação com a natureza physica ou moral do homem, entram como elementos modificadores na história. Sendo a história, na phrase do grande orador de Roma, a mestra da vida, segue-e que o historiador deve explicar os factos comparando-os, apontando as relações que os ligam, investigando as causas e indicando os effeitos, para que das occorrencias particulares possa deduzir licções geraes de sabedoria, moral e política. Infere-se facilmente de tudo isto que a história é uma sciencia de alta importância e que a narração pura e simples, embora necessária para a constituição da sciencia, não forma, só de per si, o objeto da história propriamente dita (Galanti, 1907, p. 4)

Ao definir o objeto da história, o jesuíta italiano também expressou uma leitura na qual os fazeres historiográficos emergiam como ação, pautado no exercício crítico do historiador, que maneja as fontes,¹⁷ coteja as informações, conecta os fatos para tecer uma narrativa que expresse lições, ao modo de Cícero. É importante registrar que Galanti escreve para alunos do ensino secundário e busca fomentar o interesse pelos fazeres científicos, dotá-los de senso crítico e instrumentalizá-los para a escolha de futuras leituras e de escolhas na vida. Por conta disto, ele defende uma concepção de história que se distancia das críticas de um ensino de história pautado na repetição, tida por Rui Barbosa como inútil à juventude (Mecenas, 2019). Nos fazeres historiográficos de Galanti, a história ensinada se aproximava do método de investigação. Isso foi explicitado no manual escolar:

Methodo são três os methodos que se pdoem adoptar no estudo e ensino da história: um *ethnographico*, outro *synchronico*, *misto* o terceiro. O methodo *ethnographico* relata os factos de cada povo na sua succeção chronologica sem attender ao que na mesma epoca occorria nos outros paizes; o *synchronico* refere simultaneamente os eventos de todos os povos segundo a ordem dos tempos; o *misto* é a justa combinação dos dois métodos (Galanti, 1907, 4).

Ao discutir a perspectiva metodológica da história estudada e ensinada, Galanti apresentou importantes indícios atinentes a sua prática como docente de história. Ele defendia o uso do método misto, reconhecendo a melhor aplicabilidade do etnográfico para o ensino da história dos povos antigos, que em sua concepção eram marcados pela sucessão de povos, sem coexistências, enquanto o sincrônico seria mais eficiente para estudar os povos no período cristão. Percebe-se que tanto no âmbito do reconhecimento documental, quanto da metodologia da pesquisa e do ensino, Raphael Galanti defendia uma noção ampliada e flexível nos fazeres historiográficos, no intuito de garantir maior imparcialidade na construção da narrativa e que esta pudesse ser mais eficiente no processo de formação do cidadão patriota. Outro ponto consideravelmente defendido em sua escrita é o fomento à erudição. O jesuíta italiano não somente apresentava a narrativa, mas também explicitava a possibilidade de realização de outras leituras, de outras possibilidades de interpretação e de fazer a história.

¹⁷ De acordo com Galanti, as “fontes histórias são todos os monumentos e documentos pelos quaes podemos conseguir o conhecimento de algum facto histórico. Dividem-se em duas categorias, a saber: directos e indirectos. (...). São a geografia, a linguística, as estátuas, as pinturas, as obras de arte, as tradições oraes.” (Galanti, 1907, p. 5).

“Os caracteres exigidos da crítica”: considerações finais

A atuação do padre jesuíta italiano Raphael Maria Galanti no Brasil é um caso elucidativo para as discussões sobre as políticas públicas educacionais e de formação da identidade nacional empreendidas ao longo dos últimos decênios do Império e do alvorecer do período republicano. A chegada do religioso no país ocorreu em um momento no qual o governo imperial do Brasil limitava a atuação do clero nacional, com o fechamento de conventos e a imposição de impedimentos para o ingresso de novos religiosos. Era também o contexto da forte tensão envolvendo o alto clero e o Estado imperial, na chamada questão religiosa.

Por outro lado, a presença do religioso em terras brasileiras reverbera a política imperial de fortalecimento da identidade nacional, por meio da catequese indígena e a formação educacional dos filhos da elite, por meio de instituições como o Colégio São Luís, em Itu e o Colégio Anchieta, em Friburgo. Desse modo, enquanto o governo restringia a atuação de ordens como a dos franciscanos e carmelitas, criava novos espaços de atuação para ordens reconhecidas pelo rígido processo de formação intelectual, como os lazaristas e jesuítas. Além disso, a presença de Galanti expressa as múltiplas concepções atinentes aos fazeres historiográficos no Brasil.

As premissas defendidas por Galanti revelam uma ampla polifonia institucional no processo de construção e difusão dos saberes históricos. Revela também uma polissemia atinente à concepção de história e de suas múltiplas funcionalidades em uma sociedade que passava por significativas transformações políticas e sociais, com a demanda de reinvenção de seu passado e de fortalecimento dos princípios republicanos. Mas, antes de tudo, expressa a intrínseca relação entre historiografia, teoria da história, biografias e ensino de História. Afinal, ensinar história demandava conhecer as particularidades dos fazeres historiográficos, domínio da produção historiográfica e identificação sobre o potencial da disciplina na formação da sociedade. Um sujeito que monumentalizou o passado da nação e, após a morte, foi monumentalizado na Casa da Memória nacional.

Referências bibliográficas:

- Alencar, B; Celso, A y Correia, M. (1896). Parecer da comissão de admissão de sócios do dia 13 de outubro de 1896. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 59 (2), pp. 315-317.
- Amaral, T. (1895). *A história de São Paulo pela biographia de seus vultos mais notáveis (Educação Cívica)*. São Paulo; Rio de Janeiro, Brasil: Alves & Cia.
- Berstein, S. (1998). A cultura política. In: Riox, Jean-Pierre; Sirinelli, Jean-François. *Por uma História Cultural*. Lisboa, Portugal: Estampa.
- Bittencourt, C. M. (2008). *Livro didático e saber escolar (1810-1910)*. Belo Horizonte, Brasil: Autêntica.
- Bittencourt, L. (1913). *Homens do Brasil: Sergipe*. Rio de Janeiro, Brasil: Livraria Gomes Pereira.
- Blake, A. V. A. S. (1902). *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. 7. Rio de Janeiro, Brasil: Imprensa Nacional.

- Caldeira, A. P. S. (2017). *O bibliotecário perfeito: o historiador Ramiz Galvão na Biblioteca Nacional*. Porto Alegre, Brasil: EDIPUCRS. Rio de Janeiro, Brasil: Fundação Biblioteca Nacional.
- Castro, V. (1895). Prefácio. En. Amaral, T. *A história de São Paulo pela biographia de seus vultos mais notáveis (Educação Cívica)*. (pp. 1-13). São Paulo; Rio de Janeiro, Brasil: Alves & Cia.
- Cézar, T. (2018). *Ser historiador no século XIX: o caso Varhagen*. Belo Horizonte, Brasil: Autêntica.
- Conti, M. L. (2011). O personagem negro em lições de História do Brasil: olhares oitocentistas. (Tesis de mestría inédita). Universidade de Sorocaba, Sorocaba, Brasil.
- Fernandes, A. T. C. (2017). Uma obra didática e suas diferentes versões. *Revista de História*. 176, pp. 1-32.
- Galvão, B. F. R. (1917). Necrológio de Rafael Galante. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 82 (2), pp. 847-845.
- Galanti, R. M. (1897). Discurso de posse proferido no dia 2 de maio de 1897. *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 60 (2).
- Galanti, R. M. ([1895]1907). *Compêndio de História Universal*. 4ª ed. São Paulo, Brasil: Duprat.
- Galanti, R. M. (1896). *Compêndio de História do Brazil*. São Paulo, Brasil: Typographia Industrial.
- Galanti, R. M. (1911). *Biographias de brasileiros ilustres resumidamente expostas pelo Padre Raphael Maria Galanti*. São Paulo, Brasil: Duprat.
- Góes, B. A (1905). *Apostillas de Pedagogia: precedidas de algumas noções de Psychologia coligidas de bons mestres*. Rio de Janeiro, Brasil: Orosco.
- Guaraná, M. A. C. (1925). *Diccionario Bio-bibliográfico sergipano*. Rio de Janeiro, Brasil: Pongetti.
- IHGB (1896). Ata da 14ª Sessão Ordinária de 13 de setembro de 1896. *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 59 (2).
- IHGB (1897). Ata da 4ª Sessão Ordinária do dia 2 de maio de 1897. *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 60 (2).
- IHGB (1917). Ata da Quinta Sessão Ordinária, em 27 de agosto de 1917. *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 82 (3).
- IHGB (1917). Sócios falecidos em 1917. *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 82 (3).
- Mecenas, A. L. S. (2019). Um monumento à civilização brasileira: a recepção dos pareceres da reforma da instrução pública de Rui Barbosa na imprensa brasileira. En: Ferronato, C. Mecenas, A. L. S. *Práticas educativas na tessitura do tempo*. Aracaju, Brasil: EDUNIT.

- Mendonça, L. B. (2010). *O silêncio da ação: jesuítas no Brasil pós-reforma pombalina*. (Tesis de maestria inédita) Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.
- Mendonça, L. B. (2015). Padre Raphael Maria Galanti: intelectual e historiador jesuíta. *Intellèctus*. 14 (1), pp. 36-56.
- Mendonça, L. B. (2016). Unidos num só corpo: jesuítas, continuidades e rupturas. *Revec: Revista de Estudos da Cultura*. 16, pp. 13-30.
- Monnerat, P. C. S. (2009). *Festa e conflito: D. Antônio e a questão de Nazaré (1861-1878)*. (Tesis de maestria inédita), Universidade Federal Fluminense, Niterói, Brasil.
- Moreira, K. H. (2010). Livros didáticos de história no Brasil do século XIX: questões sobre autores e editores. *Revista Educação e Fronteira*. 3, pp. 31-44.
- Moreira, K. H. (2011). *O ensino de História no Brasil no contexto republicano de 1889 a 1950 pelos livros didáticos: análise historiográfica e didático-pedagógica*. (Tesis de doctorado inédita). Universidade Estadual Paulista, Araraquara, Brasil.
- Reis, A. S. C. (2013). *Ensino de História no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: as ideias de Agostinho Marques Perdigão Malheiro Filho (1850) e de Americo Brasiliense de Almeida e Mello (1876)*. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Brasil.
- Reis, José Carlos. [2000] (1999). *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro, Brasil: Fundação Getúlio Vargas.
- Rémond, R. (2003). *Por uma história política*. 2ª ed. (D. Rocha Trad). Rio de Janeiro, Brasil: FGV.
- Romero, Sílvio. (1893). *A história do Brasil ensinada pela biographia de seus heroes*. Rio de Janeiro, Brasil: Alves e Cia.
- Santos, M. F. J. (2013a). *Ecos da Modernidade: a arquitetura dos grupos escolares sergipanos (1911-1926)*. São Cristóvão, Brasil: EDUFS.
- Santos, M. F. J. (2017a). Ensino de História, espaços e cultura política bandeirante: José Scaramelli e a escrita de livros escolares para crianças. *História, histórias*, 5 (9), pp. 104-125.
- Santos, M. F. J. (2017b). “Scenas da História do Brazil”: Esmeralda Masson de Azevedo e a escrita de livros escolares de História para crianças. *Revista História Hoje*. 6 (12), pp. 204-230.
- Santos, M. F. J. y Santos, A. L. S. M. (2019). Um conto moral que sirva de espelho da vida: Balthazar Góes, um intelectual pensando o ensino de História. *Interfaces Científicas: Educação*. 7 (2), pp. 23-34.
- Santos, P. A. C. (2013b). Compilação e plágio: Abreu e Lima e Melo Moraes lidos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *História da Historiografia*. 13, pp. 45-62.
- Wilgus, A. C. ([1965] 2012). *Histories and historians of Hispanic America*. London, Reino Unido: Frank Cass.